Proc. TC 019.688/2017-2
Tomada de Contas Especial

Parecer

Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Senhor Raimundo Nonato Sampaio, ex-prefeito do Município de Zé Doca/MA durante o período de 2009 a 2012, em razão de omissão na prestação de contas dos recursos repassados pelo FNDE ao Município, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), referente ao exercício de 2011.

2. O eminente Relator, Ministro Augusto Sherman Cavalcanti, acolheu, por meio do Despacho à peça 18, proposta desta representante do Ministério Público à peça 17, para que, antes do julgamento das contas, fossem refeitas a citação e a audiência do Senhor Raimundo Nonato Sampaio, de modo a constar do ofício que a omissão na apresentação das contas se referia ao ano de 2011, e não 2012 como saíra redigido de forma equivocada na primeira notificação (peça 11).

3. Novo ofício foi então encaminhado com o exercício correto da prestação de contas (peça 19). O responsável tomou ciência da citação e audiência (peça 24), no entanto permaneceu revel. No mérito, propõe a Secex-CE julgar irregulares as contas do Senhor Raimundo Nonato Sampaio, condená-lo ao pagamento da quantia de R\$ 949.680,00, nas datas especificadas, e à multa do art. 57 da Lei n.º 8.443/1992 (peça 25).

4. Anui-se ao exame promovido pela Secex-CE. No entanto, cabe uma observação quanto à dosimetria da multa sugerida. O responsável foi, ao mesmo tempo, citado pela conduta de não comprovar a boa e regular aplicação dos recursos em razão da omissão no dever de prestar contas, e chamado em audiência por não cumprir o prazo originalmente estipulado para prestar contas, expirado em 30/4/2013.

5. Acontece que, na data acima, em que deveriam ter sido apresentadas as contas, o Senhor Raimundo Nonato Sampaio não era mais prefeito de Zé Doca/MA, estando no cargo o Senhor Alberto Carvalho Gomes. Conforme informa os autos, o prefeito sucessor interpôs representação criminal e ação de improbidade administrativa em face do ex-gestor, ou seja, tomou as medidas necessárias e atendeu à Sumula 230 do TCU, afastando sua responsabilidade.

6. Portanto, uma vez que o prazo de prestação de contas se estendeu ao mandato seguinte, descabe imputar responsabilidade ao Senhor Raimundo Nonato Sampaio por tê-lo descumprido, fato que motivou sua audiência. Tal desconsideração não implica deixar de responsabilizar o ex-prefeito pelo débito apurado, pois remanesce como irregularidade a não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos ocorrida integralmente na vigência de seu mandato.

7. Diante do exposto, esta Representante do Ministério Público anui aos termos da proposta da Secex-CE à peça 25, de julgamento pela irregularidade das contas do Senhor Raimundo Nonato Sampaio, condenação pelo valor de R\$ 949.680,00 referentes ao repasses do Pnae ao Município de Zé Doca/MA no exercício de 2011 e aplicação da multa do art. 57 da Lei n.º 8.443/1992, apenas ressaltando que, na dosimetria da multa, seja desconsiderada a irregularidade atinente ao descumprimento do prazo originalmente estipulado para prestação de contas, uma vez que sua extinção se deu em data posterior ao término do mandato do responsável.

Ministério Público de Contas, 10 de maio de 2019.

Cristina Machado da Costa e Silva
Procuradora-Geral